

1. O serviço, a função e a atividade notarial e de registro se norteiam pelos princípios específicos de cada natureza notarial e registral, além dos seguintes princípios gerais:
  - I. Da fé pública.
  - II. Da publicidade.
  - III. Da reserva de iniciativa, rogação ou instância.
  - IV. Da oficialidade.A sequência correta é:
  - a) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
  - b) Apenas a assertiva III está correta.
  - c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
2. O exercício da atividade notarial ou de registro terá início dentro de:
  - a) 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, contados da investidura.
  - b) 30 (trinta) dias da expedição do ato de outorga da delegação, prorrogável uma única vez, por igual período.
  - c) 30 (trinta) dias, improrrogáveis, contados da investidura.
  - d) 45 (quarenta e cinco) dias, improrrogáveis, contados da aprovação em concurso público.
3. Havendo mais de um tabelião de protesto na mesma localidade:
  - a) Será obrigatório o encaminhamento para o tabelião de protesto localizado mais próximo ao endereço do devedor, em atendimento ao princípio da competência territorial.
  - b) Será obrigatória a prévia distribuição dos títulos e outros documentos de dívida.
  - c) Será obrigatório o encaminhamento para o tabelião de protesto localizado mais próximo ao endereço do credor, em atendimento ao princípio da competência territorial.
  - d) Será livre a escolha do credor por qualquer tabelião de protesto da localidade.
4. No Estado do Pará são considerados titulares dos serviços notariais e de registro os:
  - I. Tabeliães de protesto de títulos e outros documentos de dívida.
  - II. Oficiais de registro de veículos automotores destinados à carga de mercadorias.
  - III. Oficiais de registro de imóveis.
  - IV. Tabeliães de notas.A sequência correta é:
  - a) Apenas a assertiva II está correta.
  - b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
  - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
5. Não compete aos tabeliães de notas:
  - a) Lavar testamentos públicos e aprovar os cerrados.
  - b) Lavar atas notariais.
  - c) Lavar o protesto, registrando o ato em livro próprio.
  - d) Lavar escrituras e procurações públicas.
6. A cerca da responsabilidade dos tabeliães e oficiais de registro pode-se afirmar:
  - I. A responsabilidade civil e administrativa independe da criminal.
  - II. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a Administração Pública.
  - III. A individualização da responsabilidade criminal exige os tabeliães e os oficiais de registro de sua responsabilidade civil.
  - IV. Os tabeliães e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causarem a terceiros na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros o direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.A sequência correta é:
  - a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
  - c) Apenas a assertiva III está correta.
  - d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
7. A assinatura e a rubrica adotadas pelo tabelião ou oficial de registro, ou ainda por seus escreventes, a qual deverá constar em todos os instrumentos notariais ou de registro por eles expedidos, será conceitualmente denominado de:
  - a) Firma Pública.
  - b) Marca Pública.
  - c) Insígnia Pública.
  - d) Sinal Público.
8. Os tabeliães e oficiais de registro do Estado do Pará deverão:
  - a) Constituir obrigatoriamente uma Pessoa Jurídica sui generis, com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica Especial do Ministério da Fazenda – CNPJ-e, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número à Corregedoria de Justiça.
  - b) Embora sejam pessoas físicas, requerer a inscrição da serventia no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número à Corregedoria de Justiça.
  - c) Como pessoas físicas, requerer a inscrição da serventia no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número à Corregedoria de Justiça.
  - d) Como pessoas físicas, requerer a inscrição da serventia no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, para fins exclusivamente fiscais, comunicando o respectivo número ao Ministério da Justiça.
9. A nomeação de substitutos e escreventes, assim como sua destituição, deverá ser feita por meio de Portaria Interna que, no caso dos escreventes, deverá discriminar as atribuições de cada um dos designados. Cópia desta Portaria Interna deverá ser encaminhada por ofício ao Juiz de Registros Públicos da respectiva comarca e à Corregedoria de Justiça, pelo Malote Digital, até o:
  - a) 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
  - b) 01º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
  - c) 05º (quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
  - d) 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição.
10. Na planilha do módulo Cartório, do Sistema SIAE, o campo específico denominado DESPESA, deverá ser preenchido com os seguintes dados, **EXCETO**:
  - a) Água.
  - b) Obrigações trabalhistas/previdenciárias.
  - c) Seguros.
  - d) Aluguel.
11. Adotado o sistema de escrituração eletrônica ou de registro eletrônico, a serventia deverá obrigatoriamente adotar sistema de *backups*, que será atualizado com:
  - a) Periodicidade não superior a 60 (sessenta) dias e terá uma de suas vias arquivada na residência do tabelião ou do oficial de registro, aonde será posto sob vigilância os servidores ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital que contenha requisitos de segurança.
  - b) Periodicidade não superior a 1 (um) mês e terá ao menos uma de suas vias arquivada em local distinto da serventia, facultado o uso de servidores externos ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital que contenha requisitos de segurança.
  - c) Periodicidade não superior a 3 (três) meses e terá ao menos uma de suas vias arquivada em local distinto da serventia, facultado o uso de servidores externos ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital que contenha requisitos de segurança.
  - d) Periodicidade não superior a 3 (três) meses, sendo dispensado o arquivo em local distinto da serventia.
12. O Selo de Segurança será confeccionado com cores e tonalidades específicas, variáveis periodicamente, conforme dispuser ato das Corregedorias de Justiça; porém, devem obedecer os modelos e denominações previstas no Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, o qual aponta um total de:
  - a) Sete (07) modelos.
  - b) Cinco (05) modelos.
  - c) Onze (11) modelos.
  - d) Nove (09) modelos.
13. O meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará é:
  - a) O Malote Digital.
  - b) O SIGA-DOC.
  - c) O Ofício em papel timbrado, com selo de segurança.
  - d) O Diário Eletrônico da Justiça.

14. Instrumento público mediante o qual é expedida a primeira cópia integral e fiel do teor de escritura pública, com a mesma data. O presente conceito refere-se à (ao):
- Traslado.
  - Declaração.
  - Certidão.
  - Registro de Correição.
15. Em relação à definição do tabelião de notas competente é correto afirmar:
- Deve ser eleito o tabelião de notas do lugar de situação dos bens objeto do negócio jurídico, conforme prevê o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.
  - Será competente apenas o tabelião de notas do domicílio do comprador dos bens objeto do negócio jurídico.
  - Aos interessados é assegurada a livre escolha do tabelião de notas, qualquer que seja seu domicílio ou o lugar de situação dos bens objeto do negócio jurídico.
  - Deve ser eleito o tabelião de notas do domicílio do vendedor dos bens objeto do negócio jurídico, pois somente este poderá registrar o ato.
16. Podem ser admitidos como testemunhas na escritura pública:
- Os menores de 16 (dezesesseis) anos.
  - Os cegos e surdos, quando a ciência do fato que será testemunhado dependa dos sentidos que lhes faltam.
  - Os maiores de 60 (sessenta) anos.
  - O cônjuge, os ascendentes, os descendentes e os colaterais até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, de algum dos participantes, salvo em se tratando de signatário a rogo ou nos casos afetos ao direito de família.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está correta.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
17. É imprescindível a outorga do cônjuge em qualquer escritura que tenha por objeto alienação ou oneração de imóvel, **SALVO**:
- Se o casamento for sob o regime da separação total de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial, sendo esta única hipótese prevista em Lei.
  - Se o casamento for sob o regime da separação total de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial, ou se, sob o regime da participação final nos aquestos, houver no pacto antenupcial expressa convenção de livre disposição dos bens particulares.
  - Se o casamento for sob o regime da separação parcial de bens, assim entendida a separação de bens resultante de pacto antenupcial, aonde consta o detalhamento de cada bem.
  - Se o casamento for sob o regime da participação final nos aquestos e houver no pacto antenupcial expressa convenção de disposição vinculada dos bens particulares, sendo esta única hipótese prevista em Lei.
18. As escrituras públicas de inventário e partilha, de separação e de divórcio consensuais não dependem de homologação judicial e são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (junto ao DETRAN, Junta Comercial, Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas e outros). Sobre a presença do advogado nestes casos pode-se afirmar:
- É necessária a presença do advogado ou defensor público.
  - O advogado pode ser comum ou de cada uma das partes.
  - Não poderá o advogado atuar em causa própria.
  - O advogado que seja herdeiro ou legatário pode assistir o meeiro e os demais herdeiros ou legatários.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está correta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
19. Em relação à Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários, a renúncia de direitos hereditários somente pode ser feita pura e simples, em favor:
- Do monte-mor.
  - Do cônjuge.
  - Do herdeiro incapaz.
  - Dos ascendentes.
20. A respeito da escritura pública de inventário e partilha pode-se afirmar:
- É admissível inventário negativo por escritura pública, ficando nesse caso dispensada a prévia remessa de declaração de bens à Secretaria de Estado de Fazenda.
  - Pode ser retificada desde que haja o consentimento de todos os interessados.
  - Havendo um só herdeiro, maior e capaz, com direito à totalidade da herança, não haverá partilha, lavrando-se a escritura de inventário e adjudicação dos bens.
  - É exequível a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está correta.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
21. Sobre o testamento, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Quem não saiba ou não possa ler somente poderá dispor de seus bens em testamento cerrado.
  - O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas.
  - É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
  - Toda pessoa maior de 16 (dezesesseis) anos pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens disponíveis, ou de parte deles, para depois de sua morte.
22. Sendo o signatário pessoa que sabe apenas desenhar o nome, semialfabetizada, doente mental não incapacitado, deficiente verbal, visual ou auditivo que tenha dificuldade em assinar, o reconhecimento de firma:
- Não será possível.
  - Deve ser feito apenas por semelhança, não sendo necessário procedimento específico ou anotação da condição no cartão de autógrafos arquivado ou no livro de autógrafos.
  - Deve ser feito apenas por autenticidade, sendo anotada essa exigência no cartão de autógrafos arquivado ou no livro de autógrafos, conferindo se a pessoa tem conhecimento daquilo que está assinando em todas as oportunidades em que for solicitado o reconhecimento de firma.
  - Deve ser feito apenas por autenticidade, não sendo necessário procedimento específico ou anotação da condição no cartão de autógrafos arquivado ou no livro de autógrafos.
23. A autenticação de cópia é o instrumento público mediante o qual o tabelião de notas, seu substituto ou escrevente declara, após conferência com o original, ser fiel e integral a cópia de documento original que o interessado lhe trouxer para esse fim. Quanto à autenticação de uma cópia de jornal, pode-se afirmar:
- Não será possível autenticação de cópia de um jornal.
  - Será possível a autenticação apenas na data em que o jornal estiver circulando.
  - No caso de um jornal será autenticada a cópia da integralidade da edição, procedimento conhecido como autenticação de capa-capá.
  - Poderá ser autenticada parte de jornal se da cópia constar a data e o nome da publicação.
24. Todos os títulos e documentos de dívida apresentados a protesto devem obedecer às regras do local de apresentação. No caso específico do o cheque este deverá ser apresentado:
- De acordo com a livre escolha do beneficiário.
  - No lugar de pagamento ou no domicílio do emitente.
  - No domicílio do beneficiário.
  - No domicílio do sacado.

25. Faculta-se a averbação parcial da construção mediante apresentação de “habite-se parcial”, fornecido pelo Poder Público Municipal, bem como da certidão negativa de débito para com o INSS, em hipóteses como as seguintes, **EXCETO**:
- Construção de uma ou mais casas em empreendimento do tipo “vila de casas” ou “condomínio fechado”.
  - Construção da parte térrea do edifício, constituída de uma ou mais lojas, estando em construção o restante do prédio.
  - Construção de um bloco em empreendimento que preveja 2 (dois) ou mais blocos.
  - Construção de imóvel multifamiliar exclusivamente residencial enquadrado no programa Minha Casa Minha Vida.
26. Julgue as assertivas abaixo de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):
- A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.
  - É possível a adoção por procuração.
  - A colocação em família substituída estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
  - Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
27. Segundo a classificação apresentada pelo Código Civil vigente, são pessoas jurídicas de direito privado:
- Partidos políticos.
  - Organizações religiosas.
  - Autarquias.
  - Associações, sociedades, fundações e empresas individuais de responsabilidade limitada.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
28. São considerados bens móveis para efeitos legais, **EXCETO**:
- As energias que tenham valor econômico.
  - O direito à sucessão aberta.
  - Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
  - Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
29. A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto é classificada como:
- Delegação.
  - Encargo.
  - Termo.
  - Condição.
30. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. No que diz respeito a este instituto do Código Civil é correto afirmar:
- Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes.
  - Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção não poderá ser exercida em cada período.
  - No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.
  - Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está correta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
31. É manifesta a ocorrência de vício no consentimento, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. O defeito do negócio jurídico acima disposto é classificado como:
- Dolo.
  - Erro.
  - Lesão.
  - Estado de perigo.
32. São consideradas hipóteses de novação, **EXCETO**:
- Quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
  - Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
  - Quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
  - Quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
33. No tocante as cláusulas especiais da compra e venda é correto afirmar:
- O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de dois anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.
  - O direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
  - Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago.
  - Estipulado o pagamento por intermédio de estabelecimento bancário, caberá a este efetuá-lo contra a entrega dos documentos, sem obrigação de verificar a coisa vendida, pela qual não responde.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.
34. Em conformidade com a legislação civilista pode ser objeto de penhora:
- O domínio direto.
  - Os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e respectiva cessão e promessa de cessão.
  - Os imóveis e os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles.
  - As aeronaves.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
35. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. De acordo com o Estatuto da Cidade é correto afirmar:
- O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.
  - No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.
  - O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
  - A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada quinze anos.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva III está correta.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

36. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:
- Por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.
  - No registro do nascimento.
  - Por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.
  - Por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.
37. O consumidor pode desistir do contrato, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, no prazo de:
- 07 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
  - 15 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
  - 30 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
  - 60 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
38. Os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória serão julgados em:
- Recurso de Apelação.
  - Embargos Infringentes.
  - Recurso Ordinário.
  - Recurso Especial.
39. Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é possível a concessão de:
- Habeas corpus.
  - Mandado de Injunção.
  - Habeas data.
  - Mandado de Segurança.
40. A respeito da empresa individual de responsabilidade limitada pode-se afirmar:
- O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.
  - A empresa individual de responsabilidade limitada poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
  - A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em no máximo duas empresas dessa modalidade.
  - O capital social da empresa individual de responsabilidade limitada, devidamente integralizado, não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
41. Sobre o endosso na letra de câmbio pode-se afirmar:
- É possível o endosso parcial da letra de câmbio, especificando a parcela.
  - Para a validade do endosso, é suficiente a simples assinatura do próprio punho do endossador ou do mandatário especial, no verso da letra.
  - É possível o endosso e com ele se transmite a propriedade da letra de câmbio.
  - A cláusula "por procuração", lançada no endosso, indica o mandato com todos os poderes, salvo o caso de restrição, que deve ser expressa no mesmo endosso.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva I está correta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
42. **NÃO** compete a junta comercial o registro relativo ao arquivamento:
- Das declarações de microempresa.
  - Dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de sociedade de advogados.
  - Dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.
  - Dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas.
43. A patente de invenção e a de modelo de utilidade vigorará data de depósito respectivamente pelos prazos de:
- 30 (trinta) e 20 (vinte) anos.
  - 20 (vinte) e 15 (quinze) anos.
  - 20 (vinte) e 10 (dez) anos.
  - 25 (vinte e cinco) e 15 (quinze) anos.
44. O pagamento de uma letra de câmbio:
- Dependente do aceite e pode ser garantido por aval.
  - Independente do aceite e do endosso, não havendo possibilidade de pode ser garantido por aval.
  - Independente do aceite e do endosso, e pode ser garantido por aval.
  - Dependente do aceite e pode ser garantido por fiança.
45. De acordo com a lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial prescreve em:
- 06 (seis) meses.
  - 05 (cinco) anos.
  - 02 (dois) anos.
  - 03 (três) anos.
46. No tocante ao cheque pode-se afirmar:
- Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque.
  - As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
  - Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da maior quantia.
  - O emitente garante o pagamento, considerando-se não escrita a declaração pela qual se exima dessa garantia.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva I está correta.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
47. São consideradas obras intelectuais protegidas pela legislação sobre direitos autorais, **EXCETO**:
- As obras dramáticas e dramático-musicais.
  - Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
  - As ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza.
  - As obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas.
48. Julgue as assertivas relacionadas ao instituto da arbitragem:
- As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.
  - A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais indisponíveis.
  - A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.
  - A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

49. O exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual cabe:
- Exclusivamente ao diretor.
  - Ao Autor.
  - Aos patrocinadores.
  - Aos artistas intérpretes.
50. A Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. O programa será implementado com a participação de rede constituída:
- Por todos os órgãos do Poder Judiciário.
  - Por Entidades públicas.
  - Pelo Conselho Nacional de Justiça.
  - Por Universidades e instituições de ensino.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
51. A Nacionalidade representa o vínculo jurídico político que liga o indivíduo a um Estado. A República Federativa do Brasil reconhece formas originárias e derivadas de reconhecimento de nacionalidade. Pode-se afirmar quanto à nacionalidade brasileira:
- Jus Soli, neste sistema a nacionalidade originária se estabelece pelo local do nascimento dos pais, independentemente da nacionalidade dos pais.
  - Jus Domicilii, temos a hipótese do filho de brasileiros que nasce no exterior e que vem residir no Brasil antes de atingir a maioridade; na nacionalidade secundária o domicílio é elemento assegurador da naturalização.
  - Jus Sanguinis: provém da antiguidade o sistema pelo qual os filhos adquirem a nacionalidade de seus pais. Neste sistema o filho adquire a nacionalidade que os pais tinham à época do seu nascimento, sendo afetado por eventuais mudanças de nacionalidade que posteriormente ocorram a seus pais.
  - A nacionalidade originária se materializa por meio de dois critérios que incidem no momento do nascimento: o jus soli (nacionalidade do país em que nasce) e o jus sanguinis (aquisição da nacionalidade dos pais à época do nascimento).
52. A Federação ou também chamada de Estado Federal é forma adotada pela República Federativa do Brasil desde a proclamação da República em 1889, e encontram-se fundamentado nas coletividades regionais e políticas autônomas, denominadas Estados, insere-se neste contexto o Distrito Federal e os municípios, esta é a base do Princípio Federalista. Assinale a alternativa que demonstra todas as características do princípio anteriormente citado:
- Descentralização política ou repartição constitucional de competências, repartição constitucional de rendas, participação da vontade das entidades locais; possibilidade de autoconstituição; autonomia administrativa; autonomia política.
  - Repartição constitucional de rendas e participação da vontade das entidades locais, repartição constitucional de competências, autonomia administrativa.
  - A descentralização política ou repartição constitucional de competências e a autonomia política.
  - Autonomia administrativa e autonomia política.
53. A família considerada a base da sociedade pode ser considerada o instituto que mais sofreu alterações ao longo dos tempos, e a legislação precisa acompanhar a evolução da sociedade garantindo apoio e resguardando os direitos dos membros familiares. Os princípios constitucionais do Direito de Família trouxeram considerável revolução ao ordenamento jurídico brasileiro, no sentido de reconhecer o pluralismo familiar existente no mundo fático, em virtude das novas espécies de família que se constituíram ao longo do tempo. São princípios constitucionais norteadores do Direito de Família:
- Dignidade da pessoa humana, isonomia, solidariedade social, afetividade.
  - Isonomia, afetividade, dignidade da pessoa humana.
  - Dignidade da pessoa humana, isonomia, solidariedade social.
  - Isonomia, solidariedade social, afetividade.
54. A República Federativa do Brasil é disciplinada, no que tange sua ordem econômica, por um conjunto de princípios expressos no art. 170 da Constituição Federal de 1988, que assim expressa: “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...]”. Assinale a alternativa que representa os princípios norteadores da ordem econômica de acordo com o citado artigo da Constituição Federal:
- Soberania nacional; propriedade pública; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
  - Soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
  - Soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
  - Soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca de pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
55. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
  - Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.
  - O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
  - Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
56. Sabe-se que o poder constituinte se refere à manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. Referido poder teria seu marco histórico através das Constituições escritas, visando à limitação do poder estatal e a preservação dos direitos e das garantias individuais. O Poder Constituinte originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade. São características do Poder Constituinte Originário:
- Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
  - Inicial, ilimitado, subordinado e incondicionado.
  - Derivado, ilimitado, autônomo e incondicionado.
  - Derivado, ilimitado, subordinado e incondicionado.
57. Por Estado de Sítio entende-se a situação de comoção interna ou externa sofrida pelo Estado, que enseja a suspensão temporária de garantias individuais, a fim de preservar a ordem constituída, que se encontra perturbada por motivo de comoção grave de repercussão nacional ou por situação de beligerância com Estado estrangeiro. Referida situação acarreta a suspensão temporária e localizada das garantias individuais. Assinale a alternativa **INCORRETA** que não representa uma medida a ser tomada no curso do Estado de Sítio:
- Restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.
  - Detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
  - Suspensão da liberdade de reunião; intervenção nas empresas de serviços privados; requisição de bens.
  - Obrigações de permanência em localidade determinada.

58. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco histórico na legislação ambiental brasileira, sendo responsável pela elevação do meio ambiente à categoria dos bens tutelados pelo ordenamento jurídico, bem como estabeleceu o direito ao meio ambiente sadio como um direito fundamental do indivíduo. Segundo a Constituição Federal de 1988 incumbe ao Poder Público iniciativas para resguardar o meio ambiente, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre quais são as iniciativas:
- Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
  - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
  - Verificar a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, sem necessidade de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
  - Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
59. Por controle de constitucionalidade, significa dizer que há uma verificação da compatibilidade entre as leis e os atos normativos com a Constituição Federal, tanto do ponto de vista formal, quanto do material. Sobre as formas de controle de constitucionalidade brasileira, assinale a opção **INCORRETA**:
- Controle Repressivo, utilizado quando a lei já está em vigor, havendo um erro do lado preventivo, pode se desfazer essa lei que escapou dos trâmites legais e passou a ser uma lei inconstitucional.
  - Controle Preventivo tem por finalidade impedir que um projeto de lei inconstitucional venha a ser uma lei.
  - Controle Político, ato de bem governar em prol do interesse público.
  - Controle Jurisdicional, exercido por um órgão do Poder Judiciário, Executivo ou Legislativo.
60. A Carta Magna que trouxe diversas novidades, dentre estas a constitucionalização dos direitos sociais, a criação da Justiça Eleitoral, o sufrágio feminino, o voto secreto e o mandado de segurança, refere-se a:
- Constituição da República Federativa de 1988.
  - Carta Constitucional de 1934.
  - Carta Constitucional de 1824.
  - Carta Magna de 1891.
61. Por princípio entendem-se as regras que servem de interpretação as demais normas jurídicas. Os princípios buscam sanar lacunas trazendo harmonia para o ordenamento jurídico. Os princípios constitucionais da administração pública estão previstos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo eles:
- Legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
  - Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
  - Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
  - Legitimidade, pessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
62. A Lei 9.784 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. De acordo com a citada lei têm legitimidade para interpor recurso administrativo:
- Aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
  - Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
  - Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
  - Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
63. A Lei 12.965 de 2014 estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. Segundo referida Lei a disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:
- Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
  - Preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
  - Proteção da privacidade; proteção dos dados pessoais, na forma da lei; preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
  - Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; proteção da privacidade; proteção dos dados pessoais, na forma da lei; preservação e garantia da neutralidade de rede; preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
64. De acordo com o artigo 77º do CTN, taxa é um tributo “que tem como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”, de acordo com a definição citada, assinale a alternativa que **NÃO** se enquadra como fato gerador apto a cobrança de taxa:
- Prestação de serviço público de coleta de lixo.
  - Prestação de serviço inerente à segurança pública.
  - Retirada de passaporte.
  - Submissão de projeto de engenharia aos órgãos estatais competentes.
65. A Lei 5.172 de 1966 dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Assinale a alternativa que determina de forma correta o conceito de tributo:
- Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito passivo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.
  - Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito ativo da obrigação tributária, apenas em moeda, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.
  - Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito ativo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.
  - Tributo é conceituado como sendo uma prestação compulsória em dinheiro feita pelo sujeito passivo da obrigação tributária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, não decorrente de sanção de ato ilícito, desde que instituído em lei e cobrado mediante uma atividade administrativa plenamente vinculada.

66. O contrato administrativo pode ser entendido como ajuste estabelecido entre a Administração Pública e o particular regulado pelo direito público, tendo por objetivo alguma atividade que atenda o interesse público, nas condições fixadas pela própria Administração Pública. As características peculiares da relação jurídica gerada pelo contrato administrativo são:
- Informalidade sendo dispensável a instrumentalização do contrato com a observância de todos os requisitos externos e internos conforme previsto na Lei de Licitações; comutatividade pois as obrigações pactuadas entre os contratantes devem guardar relação de equivalência entre si; confiança recíproca pois destinado a averiguar qual das propostas é a mais vantajosa para o Estado; unilateralidade pois encerra sempre obrigações e direitos de apenas uma das partes; oneroso pois prevê a remuneração conforme a forma convencionada.
  - Formalismo sendo indispensável a instrumentalização do contrato com a observância de todos os requisitos externos e internos conforme previsto na Lei de Licitações; comutatividade pois as obrigações pactuadas entre os contratantes devem guardar relação de equivalência entre si; confiança recíproca pois destinado a averiguar qual das propostas é a mais vantajosa para o Estado; bilateralidade pois encerra sempre obrigações e direitos recíprocos; oneroso pois prevê a remuneração conforme a forma convencionada.
  - Informalidade sendo dispensável a instrumentalização do contrato com a observância de todos os requisitos externos e internos conforme previsto na Lei de Licitações; comutatividade pois as obrigações pactuadas entre os contratantes devem guardar relação de equivalência entre si; confiança recíproca pois destinado a averiguar qual das propostas é a mais vantajosa para o Estado; bilateralidade pois encerra sempre obrigações e direitos recíprocos; gratuito pois prevê o benefício para a administração pública.
  - Informalidade sendo dispensável a instrumentalização do contrato com a observância de todos os requisitos externos e internos conforme previsto na Lei de Licitações; comutatividade pois as obrigações pactuadas entre os contratantes devem guardar relação de equivalência entre si; confiança recíproca pois destinado a averiguar qual das propostas é a mais vantajosa para o Estado; bilateralidade pois encerra sempre obrigações e direitos recíprocos; oneroso pois prevê a remuneração conforme a forma convencionada.
67. Analise a seguinte situação hipotética: João é casado com Maria pelo regime de comunhão universal de bens desde 1979, regime adotado através de pacto antenupcial. Na constância do casamento adveio o nascimento de quatro filhos: Arnaldo, Antônio, Alceu e Alice, todos atualmente maiores e capazes. João adquiriu durante sua vida vasto patrimônio de móveis e imóveis. João falece quando de uma viagem de trabalho. Aberta a sucessão, Arnaldo renuncia ao patrimônio deixado por seu pai. Alceu, por sua vez, cede seu quinhão hereditário em favor de sua irmã Alice. Diante do caso apresentado, assinale a opção que representa com precisão o imposto a ser pago:
- Imposto de transmissão causa mortis e doação.
  - Imposto de renda.
  - Imposto de doação.
  - Imposto de transmissão causa mortis.
68. Assinale a opção **INCORRETA** quanto ao imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, referente ao motivo ensejador do fato gerador:
- Quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.
  - Quanto às operações de seguro, apenas quando houver o recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável.
  - Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes, na forma da lei aplicável.
  - Quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este.
69. A Lei 13.019 de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Referida lei prevê que o edital do chamamento público especificará, no mínimo:
- O tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
  - A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
  - A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
  - A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
70. Na iminência ou no caso de guerra externa é possível instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos na Lei 5.172/66, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz. Referidos impostos são de competência:
- Dos Estados.
  - De todos os entes de forma concorrente.
  - Dos Municípios.
  - Da União.
71. De acordo com a Lei 5.172/66, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, identifique a assertiva correta:
- Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
  - Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.
  - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação.
  - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- Apenas os itens II e III estão corretos.
  - Apenas os itens II e IV estão corretos.
  - Apenas os itens I, II e III estão corretos.
  - Os itens I, II, III e IV estão corretos.

72. No que tange a competência tributária, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:
- A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
  - A atribuição, da competência tributária, compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
  - Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
  - A atribuição, da competência tributária, é irrevogável, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
  - Apenas os itens II e IV estão corretos.
  - Os itens I, II, III e IV estão corretos.
  - Apenas os itens I e II estão corretos.
73. Referente à limitação da competência tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são vedados aos mesmos:
- Papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
  - Cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
  - Cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.
  - Templos de qualquer culto.
- Apenas os itens I e II estão corretos.
  - Apenas os itens II e IV estão corretos.
  - Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
  - Os itens I, II, III e IV estão corretos.
74. Relativo ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, assinale a alternativa correta:
- O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.
  - O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
  - Nas transmissões causa mortis, ocorre um único fato gerador independente de quantos sejam os herdeiros ou legatários.
  - O imposto de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos: quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.
- Os itens I, II, III e IV estão corretos.
  - Apenas os itens II e IV estão corretos.
  - Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
  - Apenas os itens I, II e III estão corretos.
75. De acordo com a Lei 5.172/66, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, assinale a alternativa correta:
- Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
  - O locador e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.
  - Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
  - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
  - Apenas os itens II e IV estão corretos.
  - Os itens I, II, III e IV estão corretos.
  - Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
76. Segundo o Código Penal (Lei 2.848/40) no que se refere à aplicação da lei penal é correto afirmar:
- Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
  - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro contra a administração pública, por quem está ou não a seu serviço.
  - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
  - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
77. As penas restritivas de direito são:
- Prestação pecuniária, limitação de fim de semana e perda de bens e valores.
  - Reclusão e detenção.
  - Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas e interdição temporária de direitos.
  - Multa.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
78. Segundo o Código Penal vigente, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, corresponde ao crime de:
- Corrupção passiva.
  - Condescendência criminosa.
  - Peculato.
  - Concussão.
79. São casos de extinção da punibilidade:
- Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.
  - Morte do agente.
  - Prescrição, decadência ou preempção.
  - Anistia, graça ou indulto.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
80. Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. Esse cômputo é denominado pelo Código Penal de:
- Retração.
  - Remissão.
  - Detração.
  - Exação.
81. O ato de adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte é tipificado como crime de:
- Receptação.
  - Apropriação indébita.
  - Induzimento à especulação.
  - Estelionato.



82. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada e:
- Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
  - Em até 12 (doze) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
  - Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
  - Em até 36 (trinta e seis) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
83. No que se refere aos exames de corpo de delito e das perícias em geral é correto afirmar:
- O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
  - O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
  - A autópsia será feita pelo menos quatro horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
  - O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
84. O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, foi instituído pela Lei 11.343/06 e prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Sobre os princípios definidos pelo SISNAD pode-se afirmar:
- Promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país.
  - Respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade.
  - Reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito.
  - Observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
85. Em relação ao direito do condenado ao trabalho externo é correto afirmar:
- O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
  - O limite máximo do número de presos será de 20% (vinte por cento) do total de empregados na obra.
  - A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
  - A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/4 (um quarto) da pena.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
86. A Lei 5.008 de 10 de dezembro de 1981 dispõe sobre a divisão e organização judiciária do Estado do Pará, assim como a administração da Justiça e seus serviços auxiliares. São Órgãos do Poder Judiciário do Estado:
- Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar.
  - Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri.
  - Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar.
  - Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar.
87. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao Tribunal de Justiça, que salvo disposição em Lei especial, funcionará com a presença de dois terços de Desembargadores efetivos para:
- A organização de Comissões.
  - A elaboração da lista triplíce de advogados nas vagas do quinto a eles destinados.
  - A remoção, transferência e disponibilidade de Desembargadores e Juízes.
  - A eleição de Desembargadores Juízes Juristas para o Tribunal Regional Eleitoral.
88. As funções de loteamentos de imóveis, usucapião, divisão e demarcação de terras, e Registros Tópicos; Processar os protestos, vistorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em causa de sua competência; Decidir as dúvidas opostas por Tabeliães e qualquer oficiais de registros; Aplicar penas disciplinares aos Tabeliães e Oficiais de registros públicos, que ficarão sob sua imediata inspeção, promovendo a intervenção do Corregedor e do Ministério Público nos casos de competência destes. As funções anteriormente citadas são de competência:
- Juiz de Direito de registro Público.
  - Juiz de Falência e de Concordata.
  - Juiz da Fazenda Pública.
  - Juízes de Direito da Provedoria, Resíduos e Fundações.
89. O serviço, a função e a atividade notarial e de registro se norteiam pelos princípios específicos de cada natureza notarial e registral. Assinale a alternativa que representa os princípios gerais aplicáveis em conjunto com os específicos:
- Fé pública, publicidade, autenticidade, segurança, eficácia dos atos, oficialidade, reserva de iniciativa, legalidade.
  - Fé pública, publicidade, autenticidade, segurança, eficácia dos atos, oficialidade, reserva de iniciativa.
  - Fé pública, publicidade, autenticidade, segurança, oficialidade, reserva de iniciativa, legalidade.
  - Publicidade, autenticidade, segurança, eficácia dos atos, oficialidade, reserva de iniciativa, legalidade.
90. De acordo com o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro de Estado do Pará, os titulares de serviço notarial e de registro são:
- Oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; oficiais de registro civil de pessoas naturais; oficiais de registro de imóveis.
  - Tabeliães de notas; tabeliães de protestos, títulos e outros documentos de dívidas; oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; Tabelião e oficial do registro de contratos marítimos.
  - Tabeliães de notas; tabeliães de protestos, títulos e outros documentos de dívidas; oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; oficiais de registro civil de pessoas naturais; oficiais de registro de imóveis;
  - Tabeliães de notas; tabeliães de protestos, títulos e outros documentos de dívidas; oficiais de registro de distribuição de protesto; oficiais de registro de títulos e documentos; oficiais de registro civil de pessoas jurídicas; oficiais de registro civil de pessoas naturais; oficiais de registro de imóveis; Tabelião e oficial do registro de contratos marítimos.

91. A correição consiste na inspeção dos serviços judiciários, para que sejam executados com regularidade, e no conhecimento de denúncia ou pedidos de providências. Todos os serviços judiciais e da polícia judiciária do Estado ficam sujeitos à correição, pela forma determinada no Regimento da Corregedoria. As Correições serão:
- Permanentes, Ordinárias Periódicas, Extraordinárias.
  - Gerais Ordinárias, Permanentes, Ordinárias Periódicas, Extraordinárias.
  - Gerais Ordinárias, Ordinárias Periódicas e Extraordinárias.
  - Gerais Ordinárias e Extraordinárias.
92. O cancelamento do registro do protesto compete ao tabelião, por seu substituto ou por escrevente autorizado. No caso de suspensão de efeitos ou de cancelamento de protesto, o tabelião:
- Não é responsável pela retirada do nome do devedor que tenha sido inserido em cadastro das entidades representativas do comércio e da indústria.
  - Não é responsável pela retirada do nome do devedor que tenha sido inserido em cadastro das entidades representativas do comércio, apenas é responsável pelas entidades da indústria.
  - É responsável pela retirada do nome do devedor que tenha sido inserido em cadastro das entidades representativas do comércio e da indústria.
  - É responsável pela retirada do nome do devedor que tenha sido inserido em cadastro das entidades representativas do comércio.
93. Serão arquivados no Tabelionato de Protesto os seguintes documentos:
- Intimações; editais; documentos apresentados para averbações e cancelamento de protestos; mandados e ofícios judiciais; ordens de retirada de títulos pelo apresentante; comprovantes de entrega dos pagamentos aos credores.
  - Intimações; editais; documentos apresentados para averbações e cancelamento de protestos; mandados e ofícios judiciais; ordens de retirada de títulos pelo apresentante; comprovantes de entrega dos pagamentos aos credores; comprovante de devolução dos títulos ou documentos de dívidas irregulares.
  - Intimações; editais; documentos apresentados para averbações e cancelamento de protestos; mandados e ofícios judiciais; ordens de retirada de títulos pelo apresentante; comprovantes de entrega dos pagamentos aos credores; comprovante de devolução dos títulos ou documentos de dívidas irregulares; cópia do título ou documento de dívida protestado; requerimentos de certidão positiva, de inteiro teor.
  - Documentos apresentados para averbações e cancelamento de protestos; mandados e ofícios judiciais; ordens de retirada de títulos pelo apresentante; comprovantes de entrega dos pagamentos aos credores; comprovante de devolução dos títulos ou documentos de dívidas irregulares; cópia do título ou documento de dívida protestado; requerimentos de certidão positiva, de inteiro teor.
94. O Ofício de Registro de títulos e documentos visam conferir autenticidade de data e conteúdo, segurança jurídica, publicidade, conservação e efeito erga omnes, norteando-se pelos princípios gerais e ainda pelos seguintes princípios específicos:
- Conservatório, autenticidade de data, valor probante do original.
  - Autenticidade de data, valor probante do original, prioridade, competência residual.
  - Conservatório, autenticidade de data, valor probante do original, prioridade.
  - Conservatório, autenticidade de data, valor probante do original, prioridade, competência residual.
95. Um dos direitos personalíssimos de toda pessoa é o direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, ou nome de família. Com relação ao registro do nome, assinale a alternativa correta:
- Efetuada o registro, a alteração do nome ocorrerá mediante ordem judicial ou requerimento administrativo do interessado que o fará quando o nome o expuser ao ridículo.
  - Quando o declarante não informar o nome completo, o oficial de registro acrescentará, ao prenome escolhido, apenas o sobrenome do pai.
  - A análise do prenome será feita pelo oficial de registro que buscará atender à grafia correta do nome, de acordo com a língua portuguesa, ressalvada a possibilidade do nome de origem estrangeira e desde que respeitada sua grafia de origem.
  - Na composição do nome não poderão ser utilizados sobrenomes de ascendentes que não constem dos nomes dos pais, mesmo que comprovada a relação de parentesco.
96. O ano de 2016 será de inovações no cenário brasileiro no que tange a política, tendo em vista a criação de novos partidos políticos que solicitaram seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Os novos partidos que solicitaram seu registro dizem respeito a diversidades ideológicas, folclóricas e até mesmo de reforço aos partidos já existentes, são eles:
- Sustentabilidade e ecologia, Mundo Novo, Partido Militar, Partido da Mulher, Partido Liberal e Muda Brasil.
  - Sustentabilidade e ecologia, Mundo Novo, Partido Militar, Partido da Mulher, Partido Liberal e Brasil Melhor.
  - Rede Sustentabilidade, Novo, Partido Militar, Partido da Mulher, Partido Liberal e Muda Brasil.
  - Rede Sustentabilidade, Mundo Novo, Partido Militar, Partido da Mulher, Partido Liberal e Muda Brasil.
97. O cenário internacional tem sido marcado por atos de intolerância religiosa, algumas religiões têm sido marcadas por perseguições e atos contrários a própria profissão de sua fé, assinale a alternativa correta:
- Não houve aumento de atos contra muçulmanos neste ano de 2015 na França, demonstrando assim o crescimento da tolerância e respeito à diversidade de religião.
  - Não há registros de atos contra muçulmanos na França em decorrência de sua religião, ante a existência da diversidade religiosa.
  - Os atos contra os muçulmanos em razão de sua religião triplicaram na França ao superar a marca dos 400, frente aos 133 que tinham sido registrados oficialmente em 2014, publicou o "Le Paresien" em 30 de dezembro de 2015.
  - Os atos contra os muçulmanos em razão de sua religião reduziram na França, frente aos 133 que tinham sido registrados oficialmente em 2014, publicou o "Le Paresien" em 30 de dezembro de 2015.
98. Sabe que três são as medidas existentes no Brasil para excluir um estrangeiro do território nacional, sendo elas, deportação, expulsão e extradição. A deportação se refere à retirada do estrangeiro que esteja em território nacional de forma irregular, por entrada ou estada irregular. A expulsão opera-se ao estrangeiro que atentar contra a ordem ou a segurança nacional; por sua vez a extradição aplica-se ao estrangeiro que seja solicitado por outro país para nele responder a processo penal ou cumprir sentença transitada em julgado. Com relação à extradição de Pizzolato da Itália para o Brasil assinale a alternativa correta:
- O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informou em entrevista que o Ministério Público Federal não tem interesse em cobrar os R\$ 170 mil do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no julgamento do mensalão, pelos gastos do órgão com a extradição dele da Itália para o Brasil.
  - O Ministério Público Federal quer apresentar denúncia contra Pizzolato junto à Justiça brasileira pelos crimes de lavagem de dinheiro, no Rio de Janeiro, e uso de documento falso em Santa Catarina. Tratam-se de dois delitos supostamente cometidos pelo ex-diretor do BB antes de fugir do Brasil, em setembro de 2013. A ação em Santa Catarina já foi aberta, mas estava paralisada em função do processo de extradição. Já a ação por lavagem no Rio encontra-se em segredo de Justiça. Porém para acusar formalmente o ex-diretor do BB no Brasil, será necessário pedir autorização da Itália, já que o país aceitou extraditá-lo, como cidadão italiano, somente para cumprir a pena referente ao mensalão.
  - O Ministério Público Federal quer apresentar denúncia contra Pizzolato junto à Justiça brasileira pelos crimes de lavagem de dinheiro, no Rio de Janeiro, e uso de documento falso em Santa Catarina. Tratam-se de dois delitos supostamente cometidos pelo ex-diretor do BB antes de fugir do Brasil, em setembro de 2013. A ação em Santa Catarina já foi aberta, mas estava paralisada em função do processo de extradição. Já a ação por lavagem no Rio encontra-se em segredo de Justiça. Porém para acusar formalmente o ex-diretor do BB no Brasil, não será necessário pedir autorização da Itália, já que o país aceitou extraditá-lo, como cidadão brasileiro, somente para cumprir a pena referente ao mensalão.
  - O Ministério Público Federal quer apresentar denúncia contra Pizzolato junto à Justiça brasileira pelos crimes de lavagem de dinheiro, no Rio de Janeiro, e uso de documento falso em Santa Catarina. Tratam-se de dois delitos supostamente cometidos pelo ex-diretor do BB antes de fugir do Brasil, em setembro de 2013. A ação em Santa Catarina já foi aberta, mas estava paralisada em função do processo de extradição. Já a ação por lavagem no Rio encontra-se em segredo de Justiça. Não há nenhum óbice para que haja a denúncia, pois Pizzolato encontra-se em território brasileiro, estando subordinado a esta jurisdição.

99. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em agosto de 2015, a regulamentação da profissão de detetive particular, através do PLC 106/2014. Pelo texto, o detetive particular deverá concluir curso de profissionalização em “atividade de coleta de dados e informações de interesse privado”, com carga de 600 horas, em nível médio ou equivalente. Conhecimentos de direito penal, processual penal, constitucional, civil e direitos humanos devem integrar o currículo. O detetive particular:

- a) Poderá atuar em situações de busca de informações sobre infrações administrativas ou quebras de contrato; suspeita de conduta lesiva à saúde e integridade física; que investigue a idoneidade de empregados e violação de obrigações trabalhistas; relacionadas a questões familiares, conjugais e de filiação; e de desaparecimento e localização de pessoas ou animais.
- b) Poderá atuar apenas em situações de busca de informações sobre infrações administrativas ou quebras de contrato; que investigue a idoneidade de empregados e violação de obrigações trabalhistas.
- c) Poderá atuar apenas em situações relacionadas a questões familiares, conjugais e de filiação; e de desaparecimento e localização de pessoas ou animais.
- d) Poderá atuar apenas em situações de suspeita de conduta lesiva à saúde e integridade física relacionadas a questões familiares, conjugais e de filiação.

100. Os telejornais têm sido preenchidos há anos todos os dias com imagens de violência e histórias de tragédias humanas vindas da Síria. Um dos fatores por trás dessa crise é a guerra civil que começou ali em março de 2011. O conflito fratricida foi estimulado, entre outras causas, por uma luta étnica e política entre a oposição sunita e o regime do presidente Bashar al-Assad. Assinale a alternativa correta:

- a) A crise na Síria é o único motivo da atual migração em massa de pessoas do Oriente Médio para a Europa. E nem a Europa é o único destino dos refugiados no mundo, embora seja, atualmente, um dos mais visados. É o caso de pessoas de diversas nacionalidades que cruzam diariamente o Mar Mediterrâneo com o objetivo de chegar à costa de algum país europeu (em especial, a Grécia e a Itália). Elas fazem isso usando botes sem nenhuma segurança, fornecidos por traficantes o que costuma levar a naufrágios com dezenas de mortes.
- b) A crise na Síria é o único motivo da atual migração em massa de pessoas do Oriente Médio para a Europa. E a Europa é o único destino dos refugiados no mundo. É o caso de pessoas de diversas nacionalidades que cruzam diariamente o Mar Mediterrâneo com o objetivo de chegar à costa de algum país europeu (em especial, a Grécia e a Itália). Elas fazem isso usando botes sem nenhuma segurança, fornecidos por traficantes o que costuma levar a naufrágios com dezenas de mortes.
- c) A crise na Síria não é motor da atual migração em massa de pessoas do Oriente Médio para a Europa. E a Europa é o único destino dos refugiados no mundo. É o caso de pessoas de diversas nacionalidades que cruzam diariamente o Mar Mediterrâneo com o objetivo de chegar à costa de algum país europeu (em especial, a Grécia e a Itália). Elas fazem isso usando botes sem nenhuma segurança, fornecidos por traficantes o que costuma levar a naufrágios com dezenas de mortes.
- d) A crise na Síria é um dos principais motores da atual migração em massa de pessoas do Oriente Médio para a Europa. Mas não é o único. E nem a Europa é o único destino dos refugiados no mundo, embora seja, atualmente, um dos mais visados. É o caso de pessoas de diversas nacionalidades que cruzam diariamente o Mar Mediterrâneo com o objetivo de chegar à costa de algum país europeu (em especial, a Grécia e a Itália). Elas fazem isso usando botes sem nenhuma segurança, fornecidos por traficantes o que costuma levar a naufrágios com dezenas de mortes.